

A HISTORICIDADE DO DISCURSO: TEMPORALIDADE E NARRATIVA

Marilia Gabriella Batista dos Santos¹

Universidade Estácio de Sá

Resumo: O elo conjugador entre a historiografia e a ideologia intrínseca ao pesquisador na análise de um contexto social é o ponto crucial da discursiva a ser considerada por qualquer pesquisa. No curso do presente trabalho, poder-se-á verificar o processo de abordagem da construção historiográfica e os diversos vieses por ela envolvidos como elementos de instrumentalidade do discurso. Averiguar-se-á, ainda, as características inerentes ao procedimento de propagação discursiva. A abordagem das fontes na formação da narrativa histórica também sobrelevará a presente discussão epistemológica, pontuando a manipulação do léxico como primazia às demais fontes de conhecimento. Por fim, avaliar-se-á a temporalidade histórica e seus mecanismos de reprodução da memória.

Palavras-chave: Historiografia; Discurso; Temporalidade.

THE HISTORICITY SPEECH: TEMPORALITY AND NARRATIVE

Abstract: The link that connects historiography and ideology is intrinsic to the researcher who is analysing a social context. This is the crucial point of the discourse to be considered in examination of research. Throughout this work, it will be possible to check the process of the historiographical approach to construction and that various biases displayed by each individual researcher are an inextricable consequence expressed as elements of speech. The inherent characteristics of the discursive procedure will be also investigated. The approach to the sources in the formation of historical narrative will also be part of this epistemological discussion, emphasising primary lexical over manipulation of the other sources. Finally, the progression of history itself through time and its mechanisms for creating memory will be evaluated.

Keywords: Historiography; Discourse; Temporality.

¹ Formada nos cursos de bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco – UPE e pós-graduanda em Direito Internacional pela Universidade Estácio de Sá. Email: mgb_@msn.com

A análise da correlação entre a temporalidade histórica como formadora e interventora no processo de construção e expansão de um dado discurso científico perpassa a averiguação do entorno temporal e histórico em que a abordagem de pesquisa se constrói e como ela se apresenta perante a sociedade.

A ideia nefasta de uma linearidade e homogeneidade dos acontecimentos históricos foi por vezes embutida na construção e repasse dos acontecimentos sócio-políticos como algo natural, sem as necessárias peculiaridades e cautelas atinentes ao estudo. O anacronismo por vezes percebido nesse comparativo é o cerne da instabilidade e distorções apresentadas nos discursos históricos, que são sucessivamente reproduzidos sem as devidas observâncias que deveriam ser intrínsecas ao historiador.

No ponto, calha observar o pensamento doutrinário específico de Benjamim pelo qual situa a discussão sob uma ótica narrativa peculiar. Aponta, de primevo, a relevância da narrativa abordada na constituição subjetiva e ideológica de uma dada sociedade - a primordial importância da retomada da palavra de um passado sem o qual se esvaeceria no silêncio ignorante (BENJAMIM *apud* FONSECA, 1999, p. 2/3).

Expõe-se um conflito premente: de um lado, formas arcaicas e seculares de transmissão comunicativa, sem que haja uma construção lógico-imparcial do repasse histórico e, de outro, a afirmação contundente de imperatividade de uma construção política e ética de rememoração. O que perpassa nessa discussão é o modo como se percebe a experiência e as facetas contextuais por ela envoltas, instrumentos basilares da historiografia.

O desenvolvimento da Escola dos Annales, no que se denomina “Nova História”, reflete os anseios de aprimoramento do trato da narrativa na abordagem historiográfica. De certo, tal corrente busca a formação de uma representação coletiva na estrutura intelectual da sociedade, recorrendo-se às outras ciências humanas, tal qual a antropologia, sociologia e filosofia como intercessoras de uma coesa estruturação narrativa. Nessa sucessiva interação científica – atrelada à incessante necessidade de considerações de diversas óticas na exteriorização do conhecimento fático-histórico – firma-se a questão de se considerar as várias vertentes inseridas no contexto a ser abordado, numa contundente crítica ao método tradicionalista e ao arcaísmo dos métodos que lhe antecederam. A problematização e contextualização social são, pois, o alavanque engajador da pesquisa histórica.

Veredas da História, [online]. Ano VII, Edição 1, 2014, p. 196-203, ISSN 1982-4238

Há, aqui, a problemática de se averiguar as concepções de linguagem e os discursos que fundamentam a análise histórica para uma maior delimitação do contexto a ser pesquisado. Transcorre, pois, um processo investigatório das fontes históricas correlatas, com significativa atenção ao papel da memória na construção de uma dada narrativa.

A reflexão sobre esses mecanismos de análise histórico-documental atém-se à questão da possibilidade de manipulação do discurso, impregnando-se perspectivas parciais de quem o manuseia e o reproduz indiscriminadamente. A cautela e sapiência na abordagem reflexiva da casuística investigada são, por vezes, transpostas e ignoradas em prol de uma abordagem particularizada e tendenciosa.

Em consonância, destaca-se:

Sem dúvida, o termo ideologia não mais convém para designar a forma sob a qual a significação ressurgiu na ótica ou no "olhar" do historiador. O uso corrente deste termo data do momento em que a linguagem se objetivou; quando, reciprocamente, os problemas de sentido foram deslocados do lado da operação e colocados em termos de escolhas históricas investidas no processo científico. Revolução fundamental, é preciso dizê-lo imediatamente, pois ela substitui o fazer historiográfico ao dado histórico. Ela transforma a pesquisa de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise das opções ou das organizações de sentido implicadas por operações interpretativas.

Isto não significa, de forma alguma, que a história renuncia à realidade e se volta para si mesma, contentando-se em observar os seus passos. Quer dizer, antes, nós o veremos, que a relação com o real mudou. E se o sentido não pode ser apreendido sob a forma de um conhecimento particular que seria extraído do real ou que lhe seria acrescentado, é porque todo "fato histórico" resulta de uma práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido. Este resulta dos procedimentos que permitiram articular um modo de compreensão num discurso de "fatos" (CERTEAU, 1982, p. 40/41).

Por certo, trabalhar com uma ciência eminentemente humana acarreta, indissociavelmente, um cunho ideológico impregnado no correspondente discurso. Entrementes, o amadurecimento teórico-metodológico no manuseio da pesquisa e de

Veredas da História, [online]. Ano VII, Edição 1, 2014, p. 196-203, ISSN 1982-4238

sua exposição perante o público-alvo deve se pautar na prudência e transparência necessárias a esse ramo científico. Em consonância, a singularização dessas narrativas e crucialidade da mítica da “verdade real” são, em verdade, diretrizes utópicas da abordagem histórica.

A instrumentalidade e perfectibilização da construção narrativa estão submissas, também, à fragilidade e escassez das fontes correlatas, razão pela qual o historiador precisa fincar sua base de pesquisa na pluralidade de fontes, documentos e testemunhos orais que lhe sejam disponíveis. A interseção desses dados é que ocasionará uma modulação mais pragmática e coesa do discurso histórico. Fincar-se nessas perspectivas e artifícios é, sem dúvida, o melhor trajeto para uma construção de uma narrativa mais plausível e coerente do ponto de vista científico.

Para compreensão da complexidade dos elementos envolvidos na abordagem das fontes e narrativas históricas, há de se remontar, necessariamente, à própria concepção conceitual de “História”, averiguando o processo de aquisição do conhecimento memorável, que se encontra, de *per si*, desprovido de autenticidade global e genérica, posto que é subjetivo, particularizado, parcial. Não obstante, deve-se ter em mente que essa propagação narrativa e intelectual deve possuir em seu bojo um cunho ideológico que seja coletivamente abarcado por um senso comum imparcial e metodológico, ou seja, é certo que há a impregnação de um discurso tendencioso à formação ideológica de quem o manipula, mas também o é o fato de que este, na medida em que propaga um discurso científico, não deve moldá-lo de forma autoritária e vinculante, dando azo à absorção de sua fonte como viés de apoio à construção da base ideológica do receptor.

As vertentes e empirismo utilizados na trajetória de formação discursiva devem ser detidas e prudentemente manipulados, primordialmente ao se deparar com a construção de uma narrativa pautada em fontes não documentais. Em verdade, a oralidade como instrumento para a narrativa histórica pode, e deve ser tida como um documento – não no sentido de materialidade da fonte – mas como estruturador da pesquisa e conhecimento histórico. Regurgitar o tradicionalismo documental como fonte primária da historiografia é, pois, outro aspecto que merece ser considerado nesse processo de produção e reprodução narrativa.

Nesse viés, insere-se a discussão acerca da linguagem como propulsora do desenvolvimento discursivo, tendo como código-fonte a linguagem, encabeçando a primazia da organização da narrativa. O estruturalismo linguístico e sua falsa

Veredas da História, [online]. Ano VII, Edição 1, 2014, p. 196-203, ISSN 1982-4238

autossuficiência são o corolário da crítica que ora se aponta, considerando-se a existência de pluralidade nos sistemas representativos e a opacidade que a palavra em si carrega em seu cerne, vez que elas são desprovidas de uma carga significativa, e que somente a construção lógica de um enredo concatenado é que lhe atribuirá uma representação na seara discursiva, sob pena de uma rústica decodificação. São, portanto, moldáveis e manipuláveis.

As enunciações discursivas devem levar em conta a realidade-objeto não como uma referência objetiva, fincada na arbitrariedade das opções epistemológicas que tendem a reproduzir um estereótipo discursivo, atribuindo-lhe uma perspectiva científica, mas sim como um parâmetro de abordagem e avaliação histórica, extraindo a essência referente ao caso em estudo como norteador da pesquisa almejada.

A inteligibilidade dos acontecimentos é considerada tendo-se como referência o momento histórico de sua ocorrência, razão porque seu resgate temporal é reiteradamente discutido e enfatizado como ponto-chave na estruturação e implementação discursivas. Não é só isso. A história é por vezes utilizada para referendar posicionamentos políticos até então vigentes, reproduzindo situações e eventos de modo a externar uma corrente de influência e de poder. É a domesticação da história segundo os ditames e perspectivas dominantes.

Dessa feita, a projeção de valores e tendências na abordagem histórica sobreleva a relevância da temática ora abordada.

Inserido nesse artifício de modificação das formas de percepção da realidade, há de se analisar a alteração das formas da narração na modernidade, especificamente às especificidades da reprodução histórica. Este é o ponto categórico para a correta demarcação de uma dada discussão histórica, o que se entrelaça na análise da redenção e resgate do passado: a visão da temporalidade. Esta noção rompe com a ideia corrente do “tempo”, muito utilizada no historicismo. Concebe-se cada vez mais um desejo de ruptura com mecanicidade temporal, bem como a necessidade instigante de consagrar um novo tempo e um novo método de propagá-lo, como uma forma de irrupção e quebra de uma continuidade que se aparenta estável e linear.

É a ideia de uma temporalidade própria de uma corrente esquerdista, avessa ao tradicionalismo corriqueiro e estagnado. A permanência de adoção da postura pretérita de estabilidade propagadora está indelevelmente carregada de um conformismo corruptor ao bom desenvolvimento da historicidade e, assim, da construção científico-

histórica. Verifica-se, com isso, a existência de um incessante embate entre o trinômio história-discurso-verdade.

Ao ponto, extrai-se o seguinte excerto quanto à indagação da temporalidade e da construção do memorial histórico:

O conceito de história parece colocar hoje seis tipos de problemas:

1. Que relações existem entre a história vivida, a história "natural", senão "objetiva", das sociedades humanas, e o esforço científico para descrever, pensar e explicar esta evolução, a ciência histórica? O afastamento de ambas tem, em especial, permitido a existência de uma disciplina ambígua: a filosofia da história. Desde o início do século, e sobretudo nos últimos vinte anos, vem se desenvolvendo um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global: a historiografia, ou história da história.

2. Que relações tem a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo "natural" e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades? Por um lado, para domesticar o tempo natural, as diversas sociedades e culturas inventaram um instrumento fundamental, que é também um dado essencial da história: o calendário; por outro, hoje os historiadores se interessam cada vez mais pelas relações entre história e memória.

3. A dialética da história parece resumir-se numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado). Em geral, esta oposição não é neutra mas subentende, ou exprime, um sistema de atribuição de valores [...]. Tem, pois, a história um sentido? E existe um sentido da história?

4. [...] a história deixa de ser científica quando se trata do início e do fim da história do mundo e da humanidade. Quanto à origem, ela tende ao mito: a idade de ouro, as épocas míticas ou, sob aparência científica, a recente teoria do big bang. Quanto ao final, ela cede o lugar à religião e, em particular, às religiões de salvação que construíram um "saber dos fins últimos" – a escatologia –, ou às utopias do progresso, sendo a principal o marxismo, que justapõe uma ideologia do sentido e do fim da história (o comunismo, a sociedade sem classes, o internacionalismo). Todavia, no nível da práxis dos historiadores, vem

sendo desenvolvida uma crítica do conceito de origens e a noção de gênese tende a substituir a idéia de origem.

5. Em contato com outras ciências sociais, o historiador tende hoje a distinguir diferentes durações históricas. [...] Esta conduziu alguns historiadores, tanto através do uso da noção de estrutura quanto mediante o diálogo com a antropologia, a elaborar a hipótese da existência de uma história "quase imóvel". Mas pode existir uma história imóvel? E que relações tem a história com o estruturalismo (ou os estruturalismos)? E não existirá também um movimento mais amplo de "recusa da história"?

6. A ideia da história como história do homem foi substituída pela ideia da história como história dos homens em sociedade. Mas será que existe, se é que pode existir, somente uma história do homem? [...]. (LE GOFF, 1990, p. 7/9).

A premissa a ser levantada nesse estágio da pesquisa circunscreve-se acerca do que se intenta com a indagação de natureza histórica e o que se pretende do discurso historiográfico, já que se acaba por velar um passado imbuído de silogismos caracterizadores do presente.

A fenomenologia destacada no estudo histórico pode fazer crer que os acontecimentos sociais são pura e simplesmente uma concatenação de atos e fatos humanísticos. Entretanto, tal ocorrência não deve possuir o desígnio de se estabelecer o rumo pré-moldado dos discursos históricos, como se fosse algo objetivo e pragmático. A prática interpretativa da *práxis* social impregna-se, assim, de mecanismos viciosos, paradoxais e desvirtuados do cunho científico que deveria se balizar.

Neste ponto, vislumbram-se a aplicação da descontinuidade e da ruptura sistemática dos eventos sociais, categorias avessas aos historiadores de índole positivista. A história de um conceito não é, de modo algum, a de seu gradativo progresso, de uma racionalidade previsível e de uma carga abstrata e indiferente à realidade, mas sim o destaque de campos de validade do discurso narrativo. Estabelecer-se a história no método arcaico e retrógado é aplicá-la uma carga de significados arbitrários e incongruentes.

Aos historiadores que fazem os fatos sociais sua matéria-prima para arcabouço do discurso histórico, deve-se consignar a possibilidade de criação de uma historiografia estática e imutável, dissociada da realística e não imbuída da necessária significação

Veredas da História, [online]. Ano VII, Edição 1, 2014, p. 196-203, ISSN 1982-4238 contextual, conectando-os de uma maneira simplória e abstrata na atribuição de causas/consequências. Reconhece-se que a linearidade é sempre pertencente a um discurso histórico posterior ao evento que ele busca descrever, sendo que a impressão do historiador lhe é estranha, motivo da complexidade na formulação dessa estrutura.

Em arremate: a intencionalidade desse discurso unidimensional e aparentemente coeso é ser excludente, e assim o é justamente pelo fato de ser harmônico e linear (BEMJAMIM, *apud* FONSECA, p. 3).

É exatamente nesse ponto que as fontes e narrativas históricas não podem se esbarrar.

Referências

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da Nação**: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BRANDÃO, H. Introdução à análise do discurso. Campinas: Unicamp, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica Arno Vogel. RJ: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Walter Benjamin, a temporalidade e o Direito *In*: _____. **A Escola de Frankfurt e o Direito**. Curitiba: EDIBEJ, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [*et al.*] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes; Unicamp, 1987.

SAHLINS, Marshall. **Estrutura e História**. In: Ilhas de História. RJ: Zahar, 1990.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da UNB, 1982.